



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – ICEN
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM QUÍMICA**

ADRIANA DA SILVA BARBOSA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: ESTUDO DE CASO
NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE**

**REDENÇÃO
2023**

ADRIANA DA SILVA BARBOSA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura plena em Química do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Química.

Orientadora: Profa. Dra. Sinara Mota Neves de Almeida

REDENÇÃO
2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Barbosa, Adriana da Silva.

B238e

Educação especial na perspectiva da inclusão: um estudo de caso no município de Redenção - CE / Adriana da Silva Barbosa. - Redenção, 2023.
57fl: il.

Monografia - Curso de Química, Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Sinara Mota Neves de Almeida.

1. Práticas pedagógicas. 2. Educação inclusiva. 3. Atendimento Educacional Especializado. I. Almeida, Sinara Mota Neves de. II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 370.1

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

ADRIANA DA SILVA BARBOSA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: ESTUDO DE CASO
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE

Monografia julgada e aprovada para obtenção do título de Licenciado em Licenciatura plena em Química pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sinara Mota Neves de Almeida (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Viviane Pinho de Oliveira (Examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Eveline de Abreu Menezes (Examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e Nossa Senhora, por me conceder o dom da vida, pela sabedoria e discernimento para realização desse trabalho. Por guiarem meus caminhos e não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos da minha vida.

Agradeço a minha mãe Dôra, o pilar da minha vida, que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. Ao meu pai Ageu, “In memoriam”, que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e que para mim foi muito importante.

A meu filho Angelo Gabriel, que graças a você eu hoje estou conseguindo concluir minha graduação, você que é a minha fonte de forças inesgotável, agradeço a Deus por você existir e ter me permitido conceber você, perfeito do jeitinho que você é.

Obrigada meu irmão Ageu por todo apoio, a minha cunhada Vanessa e meu sobrinho Miguel por se fazerem sempre presentes em minha vida.

Aos meus primos que são como meus irmãos mais velhos, Josiane e Alexandre por estarem sempre dispostos a me ajudar e se fazerem presentes nos momentos de alegria e de angústia.

A minha amiga Iêsa, como eu conseguiria chegar até aqui sem você. Obrigada por seu apoio e dedicação, por sua força, seus conselhos, pelas madrugadas de estudo, pelas inúmeras correções nos relatórios e principalmente por estar comigo em todos os momentos.

Obrigada Felipe, pelas madrugadas de estudo, pelo apoio, por me ajudar quando eu me sentia tão perdida nas resoluções.

Ao Lennon, pelos seus aconselhamentos, pela paciência em escutar meus dramas, pelas vezes que você estava com problemas e eu tentava te ajudar, sendo que no fim era você que me ajudava.

Ícaro, Jamaica e Maria Ísis, por todo apoio, suas orientações, inúmeros aprendizados, por ser minha família.

Aos meus queridos amigos, que hoje fazem parte da minha família, quero agradecer o apoio, força, amor e assistência inabalável em todos os momentos.

Sou grata pela confiança depositada na minha proposta de projeto pela professora Dr^a Sinara Mota, orientadora do meu trabalho. Obrigada por me manter motivada e pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo.

A professora Dr^a Eveline Abreu, pelo suporte, pelas orientações, por suas correções e incentivos e principalmente por cobrar tanto de mim e me mostrar que eu seria capaz de chegar tão longe.

Gratidão também à professora Viviane Pinho pelo aceite do convite em participar desse momento tão especial na minha vida.

Muito obrigada aos meus colegas da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAAE) pela contribuição valiosa, ao Servidor Felipe André, Técnico Desportivo da Academia, por seu apoio de compreensão durante os meus estudos.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigada.

Gratidão à UNILAB, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

“E os filhos são como navios... A maior segurança para os navios pode estar no porto, mas eles foram construídos para singrar os mares”.

Içami Tiba

RESUMO

A inclusão escolar como um termo abrangente que engloba uma variedade de segmentos, pressiona a reorganização do sistema educacional buscando garantir o acesso a toda população com idade escolar. Tendo em vista que os primeiros anos escolares são os mais difíceis e frustrantes, devido muitas vezes a necessidade de mudança de escolas, a adaptação, adversidades encontradas e a falta de atividades diferenciadas e inclusivas, gerando desmotivação e evasão das crianças no sistema escolar. O público-alvo da Educação Especial deve ser direcionado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), que desenvolve e organiza recursos educacionais e de acessibilidade sendo uma estratégia importante para minimizar diversas barreiras que impedem a participação crianças especiais nas escolas. O presente trabalho, tem como objetivo analisar as políticas de inclusão social na perspectiva da educação inclusiva, como elas vêm sendo desenvolvidas nas escolas regulares do município de Redenção-Ce. A pesquisa é uma investigação de abordagem qualitativa, através de estudo de caso, os dados coletados foram por meio de entrevistas de forma individual, a partir de um questionário semiestruturado. Com base nas respostas identificou-se que o município conta com 10 profissionais especializados e capacitados para os atendimentos no Núcleo de Apoio Estudantil -NAPE e Atendimento Educacional Especializado - AEE. No entanto, não supre a necessidade das 25 escolas, por razão de um espaço único e reduzido para acompanhamento das crianças. De acordo com a análise dos resultados pode-se concluir, que existe apenas um espaço para aplicação desses projetos dentro do município. É de suma importância, ampliar assim o quadro de funcionários e oportunizar mais atendimentos a demanda de alunos.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas; Educação inclusiva; Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

School inclusion as a comprehensive term that encompasses a variety of segments, pressures the reorganization of the educational system seeking to ensure access to the entire school-age population. Considering that the first years of school are the most difficult and frustrating, often due to the need to change schools, the adaptation, the adversities encountered, and the lack of differentiated and inclusive activities, generating demotivation and evasion of children in the school system. The target audience of Special Education should be directed to the Specialized Educational Service (AEE), which develops and organizes educational resources and accessibility being an important strategy to minimize various barriers that prevent the participation of special children in schools. The present work aims to analyze the policies of social inclusion in the perspective of inclusive education, as they have been developed in regular schools in the city of Redenção-Ce. The research is an investigation of qualitative approach, through a case study, the data collected were through individual interviews, from a semi-structured questionnaire. Based on the answers, it was found that the city has 10 professionals specialized and trained for the Student Support Center - NAPE and Specialized Educational Assistance - AEE. However, it does not meet the needs of the 25 schools, due to a single and reduced space for monitoring the children. According to the analysis of the results, we can conclude that there is only one space for the application of these projects in the municipality. It is of utmost importance to increase the number of employees and provide more services to meet the demand of students.

Keywords: Pedagogical Practices; Inclusive Education; Specialized Educational Attendance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CEB – Câmara de Educação Básica

CEATD – Centro Especializado em Autismo e Outros Transtornos do desenvolvimento

CNE – Conselho Nacional de Educação

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

NAPE – Núcleo de Apoio Estudantil

PAR – Plano de Ações Articuladas

PPP – Projeto Político Pedagógico

SRMs – Salas de Recursos Multifuncionais

TEA – Transtorno do Espectro Autista

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Maciço Baturité - Redenção/CE	17
Figura 2 - EMEF Professora Maria Augusta Russo dos Santos	18
Figura 3 - Sala de acompanhamento Psicopedagogo(a).....	34
Figura 4 - Sala Multifuncional 2	43
Figura 5 - Sala multifuncional 3	43
Figura 6 - Sala Multifuncional 1	44
Figura 7 - Sala de acompanhamento do Psicólogo(a)	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pergunta do questionário aplicado às entrevistadas, em que investiga o sexo e formação profissional, área de atuação atual e tipo de programa que participa do município de Redenção – Ce.....	31
Quadro 2 – Pergunta 1 do questionário aplicado às entrevistadas, em que investiga: Como são selecionadas as crianças para o atendimento?	32
Quadro 3 – Pergunta 2 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Todas as crianças em atendimento são laudadas?	33
Quadro 4 - Pergunta 3 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: E as crianças que não tem laudo?.....	35
Quadro 5 – Pergunta 5 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Como é feito o atendimento?	36
Quadro 6 - Pergunta 6 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Como são organizados os horários de atendimento? Qual o tempo de duração do atendimento e a frequência das sessões?	37
Quadro 7 – Pergunta 7 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Como as crianças se locomovem até os atendimentos? O município disponibiliza de um transporte? ..	39
Quadro 8 – Pergunta 8 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: É realizada alguma entrevista com os pais? Algum questionário para obter mais informações sobre as crianças?	40
Quadro 9 - Pergunta 9 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: A partir das atividades é realizado um relatório de atividades dos avanços?	41
Quadro 10 - Pergunta 10 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Como se deu a criação Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE? Ele é integrado ao AEE?	43
Quadro 11 - Pergunta 12 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Quais outros atendimentos o Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE disponibiliza e quais alunos são beneficiados?	46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Educação Especializada no Município de Redenção-Ce.....	17
2.2 Constituição Federal de 1988.....	19
2.3 Lei de Diretrizes e Bases - LDB	21
2.4 Lei Brasileira de Inclusão – LBI.....	23
2.5 Atendimento Educacional Especializado – AEE em Redenção	25
3. METODOLOGIA.....	28
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
4.1. Conhecendo a área de atuação e a formação profissional dos entrevistados	30
4.2 Atendimento Estudantil Especializado	31
4.3 Assistência ao Estudante.....	38
4.4 Atividades realizadas pelo Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNCIDE 1 - QUESTIONÁRIO	58
APÊNCIDE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO	60

1. INTRODUÇÃO

Há mais de uma década, a educação brasileira discutiu de forma mais efetiva um novo paradigma em que a escola, como parte social essencial da formação humana, deveria proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento de todos os indivíduos. Esse paradigma volta a adquirir adjetivos, uma vez que as escolas não se constituíram historicamente como espaços educativos abertos a toda a população brasileira (CARNEIRO, 2012).

A inclusão escolar, como um movimento recente, quando consideramos o longo período de exclusão escolar, visto que muitas minorias historicamente marginalizadas sofreram, pois foram impedidas de usufruírem das oportunidades educacionais que estavam sendo disponibilizadas aos que tiveram acesso à educação. A pressão pela educação inclusiva pressiona a reorganização do sistema educacional para garantir o acesso, a estabilidade e as condições de aprendizagem de todas as pessoas da população em idade escolar (CARNEIRO, 2012).

Embora o termo utilizado “inclusão escolar” seja abrangente e engloba uma variedade de segmentos, nesta reflexão vamos nos ater a um segmento populacional específico, os alunos com deficiência, que, por características distintas, muitas vezes solicitadas da escola necessitam de ações personalizadas (MAZZOTTA, 2011).

Para implementar a educação inclusiva considera-se necessário reestruturar a escola pautada nos focos de análise propostos por Gomes e Mendes (2010, p. 39), isto é:

[...] um dos pontos chaves da reestruturação escolar seria, portanto, o aperfeiçoamento da prática docente, a introdução de novas estratégias de ensino para que o professor saiba trabalhar conteúdos curriculares diferenciados e adaptados para todos os alunos, tenham estas necessidades especiais ou não.

O autismo é definido como um transtorno complexo do desenvolvimento, do ponto de vista comportamental, com diferentes etiologias que se manifesta em diferentes níveis, o de gravidade ou de necessidade de suporte conforme a demanda e a necessidade de cada um (GADIA, 2006).

Segundo Oliveira (2009, p. 4), “autos” significa “próprio” e “ismo” traduz um estado ou uma orientação, ou seja, uma pessoa retraída, que gosta de viver em seu “próprio mundo”.

Logo, o autismo é entendido como um estado, ou melhor, uma condição em que se assemelha a alguém recluso em torno de si próprio.

Os primeiros anos escolares, são os mais difíceis e frustrantes, tendo em vista a jornada de transferências entre as escolas dessas crianças por não ter conseguido se adaptar (STACCIOLI, 2021). As dificuldades encontradas partem também das professoras, por muitas vezes terem que “controlar” e ensinar crianças “normais” ou “típicas”, todas juntas em sala de aula chorando ou impacientes, com inúmeros barulhos. Ter que lidar então com as crianças "atípicas" com a audição mais sensível e que não suporta escutar o barulho desse choro, torna-se ainda mais difícil (FRIEDBERG, 2019). Muitas vezes a necessidade de mudança para outras escolas, as adversidades encontradas, professores com muito conhecimento, mas que não conseguem colocar em prática, além das salas com muitas crianças, a adaptação em permanecer dentro da sala, vem também a falta de atividades diferenciadas e inclusivas (MANTOVANINI, 2021).

Uma melhora significativa pode ser notada na criança após os acompanhamentos com os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecendo atividades lúdicas em um ambiente personalizado e interativo (POLETTI, 2005). Os atendimentos acontecem semanalmente, com duração de até 30 minutos e de forma individualizada. Para uma melhoria no serviço prestado é realizada uma entrevista para conhecer um pouco mais sobre a criança, se foi perceptível algum problema gestacional, ou após seu nascimento, como foi seu desenvolvimento até a chegada da escola e como é sua permanência no ambiente escolar (MOURA, 2020).

Desta forma, as dificuldades de socialização, com a interação social, a comunicação, são atitudes observadas, que podem ser incluídas quanto aos interesses e o padrão de seus afazeres. Esses sintomas aparecem logo quando criança, porém muitas vezes não sendo percebidos e podem limitar ou mesmo afetar a rotina do indivíduo (APA, 2014).

O AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos nas escolas públicas e privadas, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas por esses educandos nas salas do AEE devem diferenciar-se daquelas realizadas na sala comum, não sendo substitutivas à escolarização, mas sim complementar e/ou suplementar ao processo de aprendizagem dos alunos (DE PAULA NUNES et al., 2013).

Vemos cada vez mais crianças especiais sendo incluídas no ambiente educacional todos os dias, a partir do início da análise de inclusão em sala de aula. Compreendendo que o mesmo acontece cotidianamente, mas que ainda faltam muitos avanços para que os benefícios sejam melhores para cada indivíduo podemos dizer que o AEE foi um grande avanço para as crianças atípicas (MORAES, 2021).

Sendo mãe de uma criança especial, com o transtorno do espectro autista (TEA), buscando entender meu filho, desde muito cedo, notava algo diferente em relação às outras crianças. Ele teve o diagnóstico confirmado, por intermédio da pediatra que iniciou seu acompanhamento desde 1 ano e 11 meses, com a ajuda de profissionais de equipe multidisciplinar do Centro Especializado em Autismo e Outros Transtornos do desenvolvimento – CEATD, localizado em Fortaleza, Ceará.

Como estudante do curso de licenciatura em Química encontrei a oportunidade de demonstrar e apresentar a importância da inclusão de crianças com necessidades especiais no Ensino Fundamental. O problema foco desta pesquisa, concentra-se em questionar: Como a inclusão é desenvolvida na cidade de Redenção, Ceará? O objetivo geral da pesquisa é analisar as políticas de inclusão social na perspectiva da educação inclusiva nas escolas regulares do município de Redenção - Ce. Como objetivos específicos teremos: Identificar quais os projetos de inclusão são oferecidos no município de Redenção, Ceará; Verificar a aplicação dos projetos de políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva; Investigar as necessidades educacionais especiais e as práticas pedagógicas a partir dos projetos inseridos ou não inseridos.

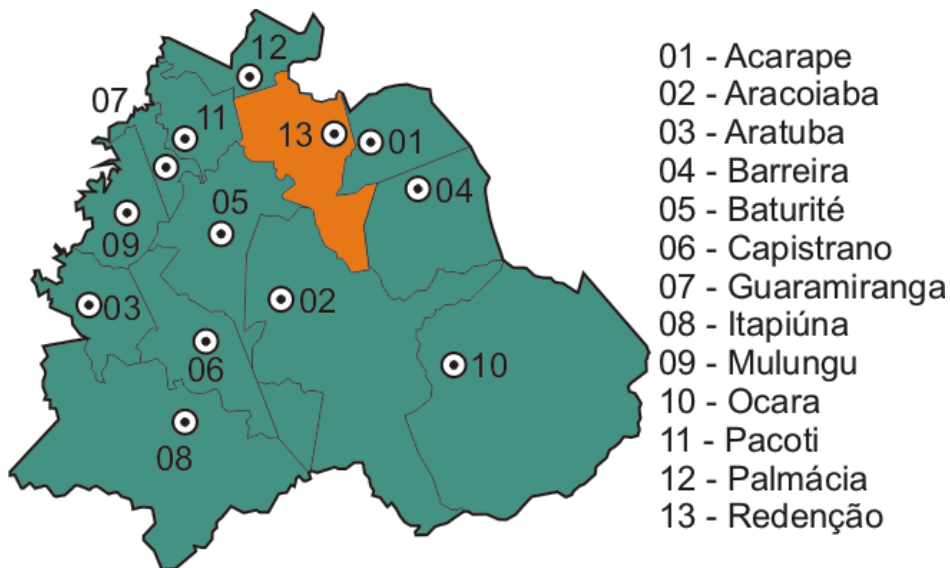
O presente trabalho está estruturado em capítulos que trazem os contributos da temática, são eles: Capítulo 1: Introdução; Capítulo 2: Referencial Teórico; Capítulo 3: Referencial Metodológico; Capítulo 4: Apresentação e discussão dos dados e Capítulo 5: Conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Especializada no Município de Redenção-Ce

O município de Redenção, Ceará, localizado na região do Maciço de Baturité (Figura 1). Foi fundado em 18 de março de 1942 e emancipado em 28 de dezembro de 1868. É considerada a primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão em 01 de janeiro de 1883, enquanto a abolição no Brasil foi declarada em 25 de março de 1884, ato oficializado em 13 de maio de 1888 com a Lei Áurea (OLIVEIRA, 2014).

Figura 1 - Mapa do Maciço Baturité - Redenção/CE



Fonte: (UNILAB, 2018)

Dentre as escolas situadas no município de Redenção, destaca-se a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Augusta Russo dos Santos foi criada com base no projeto de lei nº. 1200 de 27 de julho de 2006, que segundo o seu Projeto Político Pedagógico (PPP/2022), foi criada com base no projeto de lei nº. 1200 de 27 de julho de 2006, e agora está localizado na Rua Santos Dumont no município de Redenção -Ce. Regulamenta a criação de escola no município conforme Projeto de Lei nº 023/2014 com CNPJ 18.379.884 /0001-00 e INEP 23244062. O nome da instituição é uma homenagem a uma professora que faleceu repentinamente e era de uma importante família local.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Augusta Russo dos Santos tem sua origem no ano de 2005, quando as turmas do 6º ao 9º ano da EMEIEF Dr. Edmilson Barros de Oliveira sem atender às demandas de espaço físico, passam a funcionar na escola estadual de nome Adolfo Ferreira de Sousa, cedida pelo governo do estado por tempo indeterminado, para que os alunos pudessem estudar, passando então a ser um anexo.

Foi então que após sua origem e até meados de 2011, que de acordo com o PPP (2022), vem sendo trabalhado a possibilidade do desmembramento da escola EMEF Professora Maria Augusta Russo dos Santos das duas escolas, EMEIEF Dr. Edmilson Barros de Oliveira e Adolfo Ferreira de Sousa. Oficialmente, o desmembramento da instituição ocorreu em 01 de novembro de 2011, uma vez que tanto a comunidade escolar, quanto a comunidade local já almejava essa independência.

A EMEF Professora Maria Augusta Russo dos Santos é a única escola pública na sede do município que atende exclusivamente alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e é onde está sediado o Núcleo de Educação Especial, daí sua relevância para a sociedade Redencionista. É uma escola urbana e embora o público seja em sua maioria urbano, parte dos alunos são oriundos de localidades adjacentes, até mesmo de cidades vizinhas.

Figura 2 - EMEF Professora Maria Augusta Russo dos Santos



Fonte: (Autor, 2023)

O público alvo da educação especial, aqui em estudo, está amparado pela Constituição Federal, em diversas leis. Na próxima sessão, iremos abordar como a Constituição Federal promove o amparo legal à Educação e ao Público da Educação Especial.

2.2 Constituição Federal de 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, comumente conhecida como “a Constituição de 1988”, é a atual Carta Magna do Brasil. Apelidada de “Constituição Cidadã” pelo presidente do Congresso Constituinte, deputado Ulisses Guimarães, não houve objeção quanto ao fato dela ter estabelecido uma série de dispositivos que significaram, de um lado, a chamada dos cidadãos à participação e, de outro lado, a afirmação de direitos civis, políticos, sociais e culturais como jamais notou-se em outra Constituição (CURY, 2013).

Entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 houve um movimento de contestação ao regime militar contando com a ampla participação popular. Gerando uma grande mobilização, inclusive do professorado, que foi capaz de derrubar a ordem autoritária e de suscitar um novo ordenamento jurídico em novas bases. Por isto, a ordem constitucional que nasceu em 1988 consagrou princípios caros à democracia e à educação democrática (SEVILLANO, 2010).

O Estado Democrático de Direito é aquele que reconhece explícita e concretamente a soberania da lei e do regime representativo. Ou seja, o poder limitado do Estado pelos direitos dos cidadãos. Sua finalidade é coibir abusos do aparato estatal para com os indivíduos (CURY, 2013).

Como diz Norberto Bobbio (1986), a educação para a cidadania é o único modo de fazer com que um sujeito se transforme em cidadão. Na figura deste cidadão, a democracia brotaria do próprio exercício da prática democrática. Os direitos declarados e reconhecidos como próprios do cidadão se tornaram constituintes da cidadania ativa.

Uma das diferenças apontadas nessa constituição em relação às anteriores, é o fato de que nas anteriores, só após o decreto da lei abria-se a organização do Estado e então vinham os direitos da cidadania, e sendo assim na atual Constituição, temos que após o decreto, já vem a assinalação dos direitos que precede a organização do Estado, ou seja, o Estado precisa se organizar em função do preenchimento da prioridade posta nos direitos da cidadania (CURY, 2013).

Não podendo esquecer e muito menos ignorar que a Constituição, a mercê de vários condicionantes de ordem econômica, social e política sofreu várias emendas. Nestes 25 anos, a seção da Educação sofreu 5 alterações providas de várias emendas: a n. 11/1996; 14/1996; 19/1998; 53/2009 e 59/2009 (CURY, 2013).

A Educação é um dos temas mais encontrados na Constituição, pois ele é referido muitas e muitas vezes no corpo constitucional, assim como a educação é listada como o primeiro dos direitos sociais no art. 6º. Conforme diz a Nina Ranieri (2013, p.55), comentando a presença da educação na Constituição:

É direito fundamental social, é direito individual e também direito difuso e coletivo, de concepção regida pelo conceito de dignidade humana. É igualmente dever fundamental. Os seus titulares e os seus sujeitos passivos são, simultaneamente, uma coisa e outra. Comporta obrigações de fazer e não fazer, por parte de titulares e sujeitos passivos, que não se exaurem e exigem diferentes atendimentos, algumas vezes sob a reserva do possível. Seu regime jurídico, portanto, é complexo: envolve diferentes poderes e capacidades de exercício, com a inerente sujeição ao regime jurídico específico dos direitos fundamentais, mesmo dependendo de prestações materiais e de recursos financeiros.

Conforme o Art. 205(CF/1988) a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal, Artigo 205, capítulo III, seção I, garante a educação como um dever do estado e da família e um direito de todos, sendo determinada e incentivada junto à sociedade, desejando um pleno desenvolvimento da pessoa, exercendo sua cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em seu artigo 206, inclui a igualdade na permanência do aluno na escola, assim como um ensino público gratuito e de qualidade e o compromisso desse padrão (BRASIL, 1988). O artigo que especifica o Direito à Educação é o 208, formulado nos seguintes termos: É dever do Estado para com a educação e será efetivado mediante a garantia, conforme consta no inciso, III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Em relação à inclusão dos avanços desta Constituição veio o direito à matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares no Brasil. Onde estabelece o direito à escolarização de toda e qualquer pessoa. Assim como também é garantido a igualdade de condições para o acesso e para a permanência na escola e para que haja o

acompanhamento, garantindo um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Ou seja, as pessoas com necessidades especiais têm um direito garantido que vem desde a matrícula, a permanência e até um atendimento educacional especializado (BRASIL, 1988).

Entretanto, foi com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9394 de 1996, que veio reafirmar o que já havia sido proposto pela Constituição de 1988. Na LDB de 1996, no capítulo V, admite-se que a educação especial deve ser disponibilizada de preferência na rede regular de ensino. Mendes (2002) afirma que:

(...) a inclusão estabelece que as diferenças humanas são normais, mas ao mesmo tempo reconhece que a escola atual tem provocado ou acentuado desigualdades associadas à existência de diferenças de origem pessoal, social, cultural e política, e é nesse sentido que ela prega uma educação de qualidade para todas as crianças (MENDES, 2002, p. 64).

O direito à inclusão a toda e qualquer pessoa com necessidades especiais, se faz necessário para que possa participar e aprender sem qualquer tipo de discriminação. Essas mudanças foram acontecendo no decorrer do tempo. A Educação Especial garante a participação de todos no ensino regular, independente dos níveis e estapas, visando a educação e permitindo o convívio de todos (TEODORO, 2016).

2.3 Lei de Diretrizes e Bases - LDB

Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que define e organiza todo o sistema educacional brasileiro, desde o ensino infantil até o superior, logo ela se estabelece de maneira ampla, assegurando o direito social à educação para todos os estudantes brasileiros. Popularmente essa lei é conhecida como “Lei Darcy Ribeiro”, em homenagem a um dos mais ressaltados educadores brasileiros. Sancionada em 20 de dezembro de 1996 (Lei nº 9.294/1996), define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição Federal de 1988 (KODAMA et al. 2022).

O objetivo dessa lei foi iniciar um processo de mudanças em todos os níveis da educação, que foram reorganizados em educação básica, que abarca a educação infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e Ensino Superior (PLETSCH, 2009). Dessa forma, constituiu um notável avanço na legislação educacional, pois estabeleceu diretrizes mais atualizadas para o momento vigente e favoreceu uma constante revisão com promulgações de outras leis e decretos que vieram, por exemplo: ampliação do direito da educação dos 4 aos 17

anos; organização da educação nacional com a distribuição de competências educacionais entre a União, Estados, DF e Municípios; obrigações dos estabelecimentos de ensino, dos docentes e dos sistemas de ensino; A Educação Básica e Superior; as modalidades de ensino; os profissionais da educação e os seus requisitos; recursos financeiros destinados à educação. (GOMES; MAGALHÃES, 2016).

A LDB estabelece a formação de professores, assinalando os fundamentos metodológicos, os tipos e as modalidades de ensino, bem como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores. Também, no artigo 13, a LDB determina as incumbências dos professores, independentemente da etapa escolar em que atuam (PLETSCH, 2009).

Atualmente a LDB, passa por um momento de transição normativa, fixa, em relação aos Profissionais da Educação, diversas normas orientadoras, tais como: as finalidades e fundamentos da formação dos profissionais da educação; os níveis e o lócus da formação docente e de “especialistas”; os cursos que poderão ser mantidos pelos Institutos Superiores de Educação; a carga horária da prática de ensino; a valorização do magistério e a experiência docente (CARVALHO, 1998).

Segundo Freitas (1992, p 8), o profissional da educação é

Aquele que foi preparado para desempenhar determinadas relações no interior da escola ou fora dela, onde o trato com o trabalho pedagógico ocupa posição de destaque, constituindo mesmo o núcleo central de sua formação”. Assim, não existe identificação de “trabalho pedagógico com docência, (...) sendo este um dos aspectos da atuação do profissional da educação.

Portanto, em primeiro lugar foi acrescentado à palavra ensino como adjetivo público, excluindo a extensão da gestão democrática ao ensino privado. Em segundo lugar, a expressão genérica na forma da lei delegou sua viabilidade à legislação complementar. Logo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assim como as demais expressões legais, se encarrega da regulamentação constitucional onde delimitam o significado e os mecanismos para implementação desse princípio (ADRIÃO; CAMARGO, 2001).

A preocupação da LDB em seus artigos 58, 59 e 60 inclui os alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, o que representa um importante avanço para o nosso sistema educacional. Visando o objetivo da inclusão à Constituição Federal, outras leis estaduais foram criadas (SOUZA, 2016), que serão tratadas nas seções a seguir.

2.4 Lei Brasileira de Inclusão – LBI

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi instituída na Lei nº 13.146/2015. De acordo com a Lei, no Art. 2º é considerada uma pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015). Mediante o inciso 1º, temos:

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
I – Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
II – Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
III – A limitação no desempenho de atividades;
IV – A restrição de participação (BRASIL, 2015).

Assim, uma pessoa que tenha dificuldades de interagir com os outros, problemas de comunicação, com bloqueios que a impeçam de participar plenamente e efetivamente com as pessoas ao seu redor, que seja de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, está incluída no Estatuto da Pessoa com Deficiência, e é considerada uma pessoa com deficiência. Como é inscrito no inciso 1º, se faz necessário que seja realizada uma avaliação, onde deverá levantar questões biológicas, psicológicas e sociais, desde os obstáculos encontrados que impedem de executar suas funções, suas limitações em executar atividades, seus desempenhos, onde essa avaliação deverá ser feita por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2016).

A LBI trouxe uma reafirmação dos direitos da pessoa com deficiência, com inovações dentro de vários institutos jurídicos brasileiros. Podemos dizer que a Lei Brasileira de Inclusão não é um compilado de Leis, mas sim um documento que altera algumas já existentes para harmonizá-las à Convenção Internacional. Ou seja, leis que não atendiam ao novo paradigma da pessoa com deficiência ou que simplesmente a excluía de seu escopo. Alguns exemplos de Leis que a LBI alterou: Código Eleitoral, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto das Cidades, Código Civil e a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT (DELBIANCO, 2019).

No entanto, a inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características

idiossincráticas reconhecidas e valorizadas, por isto, participam efetivamente, assim, aplicando o conceito de educação inclusiva ao educando, público-alvo da educação especial. Tem-se uma relação bilateral de transformação do ambiente educacional e do referido educando, em que o primeiro gera, mobiliza e direciona as condições para a participação efetiva do segundo. Esse, por sua vez, age ativamente sobre tal transformação, modificando e sendo modificado por ela (CAMARGO, 2017). Por outro lado,

[...] a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 7).

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Neste sentido,

[...] postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada. (BRASIL, 2001, p. 40).

A lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências (BRASIL, 2013), determina em seu Art. 4º, Incisos I e III:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma

- a) Pré-escola;
- b) Ensino Fundamental;
- c) Ensino Médio; [...]

III - Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2013).

Participam dessa modalidade de ensino os estudantes público-alvo da educação especial, ou seja, com deficiência (visual, auditiva, física e intelectual) (BRASIL, 2015), com transtorno global de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Ela deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino e de forma complementar e/ou

suplementar (BRASIL, 2008). O termo “preferencialmente” não diz respeito à educação regular e sim ao atendimento educacional especializado.

A Lei Brasileira de Inclusão garante a permanência do estudante na escola com o auxílio de um mediador. É de responsabilidade da escola a contratação do mediador, no entanto não é estabelecido sua formação, seu piso salarial e as regras de contratação. Assim é deixada uma abertura que possibilita uma autonomia das escolas para decidir seus projetos de inclusão e sua execução, mas não tem sido esta realidade em boa parte dos casos (MACHADO, 2021).

Dentre essas responsabilidades da escola, cita-se o AEE. São muitas as possibilidades de abordagem para a estruturação do AEE e, geralmente, cada escola desenvolve uma proposta de trabalho diferente. Essa questão será discutida na próxima sessão.

2.5 Atendimento Educacional Especializado – AEE em Redenção

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que busca minimizar as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciam das realizadas em salas de aula de ensino comum (MEC, 2009).

O AEE se apresenta como uma política pública na implementação e organização dos serviços em educação especial. Tanto para as pessoas que são atendidas nesse local, como para os profissionais, é necessário que seja oferecido atendimentos diferenciados, conforme a necessidade de cada um (BRIDI, 2009).

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (...) Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008, p. 16).

A resolução nº 4/2010 do Conselho Nacional de Educação - CNE / Câmara de Educação Básica - CEB, estabelece a Educação Especial como um modelo de ensino, pois aborda os diferentes tipos de modalidades de ensino, de níveis e precisa estar contido no Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, com base no ensino regular (BRASIL, 2010, p. 10).

O Conselho Nacional de Educação no artigo 5º da resolução nº 4/2009, que estabelece as diretrizes operacionais do AEE na educação básica, legisla que:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009, p. 02)

Esse atendimento deve ser realizado preferencialmente no período oposto ao da classe frequentada pelo aluno, se possível, deve acontecer na própria escola ou caso não ofereça suporte, deve ocorrer em uma escola próxima (GARCIA; DAGUIEL; FRANCISCO, 2012).

O AEE deve ocorrer nas escolas de ensino regular, as salas devem conter recursos multifuncionais, pois é necessário que seja um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos e equipamentos. As salas devem ser utilizadas por profissionais que tenham formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, ou seja, é indispensável que esse profissional seja qualificado para que possa oferecer a assistência necessária a esses alunos, visando favorecer o seu acesso ao conhecimento (DAMÁZIO, 2007).

No ano de 1988, na gestão do Prefeito João Silva Lima Neto, foi marcado pela chegada do AEE no município de Redenção, como parte da implementação da Lei nº 9394 /96, que permite a inclusão de alunos com deficiência em atendimento educacional especializado. Com isso, o município de Redenção passou a trabalhar com o AEE, que antes suas atividades eram executadas na Escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira, juntamente com as professoras Franciélia Coutinho Helenilza Martins e Antonia Davys Ramos (REDENÇÃO, 2022).

Foi então no ano de 2005, sob a gestão da Prefeita Francisca Torres Bezerra, que o AEE foi transferido para a Escola Maria Augusta Russo dos Santos. Assim, no mesmo ano foi implantado o Núcleo de Educação Especial Maria das Graças Araújo, em homenagem à mãe de uma criança especial, destacando a luta pelo direito a seu filho e a outras crianças e adolescentes com deficiência do município de Redenção (REDENÇÃO, 2022).

Na sua fundação, o Núcleo Maria das Graças Araújo tinha equipe integrada por 7 profissionais, sendo eles: 4 pedagogos, 1 orientadora educacional, 1 terapeuta ocupacional e 1 coordenadora. Atualmente esse quadro de profissionais foi alterado, o serviço de AEE é realizado por três profissionais, um pedagogo e dois psicopedagogos.

A partir da criação do Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE, veio a oportunidade de ampliação da equipe, adicionando mais 2 psicopedagogas e 1 psicóloga. No momento atual contamos com o atendimento de AEE, onde beneficia os estudantes laudados, mas também contamos com atendimentos para estudantes com problemas emocionais, que tenham distúrbios de aprendizagem, independentemente de estarem laudados ou não.

O AEE e o NAPE estão situados na Escola Maria Augusta Russo dos Santos por ainda não contarem com um prédio próprio que possa atender a demanda. O atendimento da equipe abrange todas as 25 escolas do município de Redenção.

3. METODOLOGIA

Além de ser uma atividade central da ciência, a pesquisa é um conjunto de ações. Onde busca e proporciona a descoberta de novos saberes, aproximando-se da compreensão da realidade investigada. Tendo presente que ela é um processo contínuo de aproximação cada vez maior à realidade, dando-nos as bases para uma intervenção concreta (SOUZA, 2022).

A presente pesquisa é uma investigação de abordagem qualitativa, que de acordo com Souza et.al (2013, p. 15) “usa a subjetividade que não pode ser traduzida em números. Sendo de forma mais descritiva”, ou seja, identificando e descrevendo, observando e buscando compreender os fenômenos sociais que envolvem a execução das políticas públicas de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva de alunos com deficiência no ensino regular das escolas municipais de Redenção-CE.

Visando entender, as diferentes realidades sociais envolvidas, os professores e os gestores escolares, verificando se há o atendimento educacional especializado nas escolas, caso todas as escolas não possam oferecer tal serviço, como os alunos podem se deslocar, quantos profissionais compõem a equipe multidisciplinar para o acompanhamento e conhecer os projetos que estão sendo desenvolvidos pelo núcleo de atendimento. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de um estudo de caso, no município de Redenção, localizado no Maciço de Baturité no Estado do Ceará, com os profissionais que compõem o Atendimento Educacional Especializado - AEE, os coordenadores e os professores do AEE, situados na Escola de Ensino Fundamental Maria Augusta Russo dos Santos.

O estudo de caso foi a metodologia admitida para esse trabalho, pois através de diversos meios de obtenção de informação é possível a formulação de uma análise, no mesmo momento em que permite direcionar e identificar como esse fenômeno ocorre e quais fatores contribuem para sua execução. Uma busca mais excêntrica, individual, de conhecimentos singulares sobre o caso estudado, definido em apresentar o contexto em um período e uma localização.

[...] o estudo de caso constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminantes e utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado. (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p.650).

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas entrevistas de forma individual, a partir de um questionário semiestruturado e obtendo as informações necessárias com os agentes integrados à gestão das políticas educacionais municipais na perspectiva da

educação inclusiva, que envolve as duas coordenadoras e uma professora especializada no atendimento para o AEE.

Com a elaboração do termo de consentimento (Apêndice 2) e suas autorizações, foram realizadas as entrevistas com os profissionais. De acordo com o profissional entrevistado e seu cargo de atuação, foram realizadas de 9 a 12 perguntas, assim como mostra o Apêndice 1, com as respostas apresentadas, foi feita uma análise qualitativa dos dados com a finalidade de investigar desde a formação docente para os profissionais inseridos até a forma de organização dos atendimentos, como ele é realizado e se abrange a todas as crianças do município.

Utilizou-se o aplicativo *WhatsApp*® para estabelecer uma comunicação com os profissionais já referidos anteriormente, esse contato se deu principalmente pelo meu filho fazer parte do serviço de atendimento. Após a autorização dos profissionais e de acordo com a disponibilidade dos mesmos, foi agendado um dia e horário acessível, ocorrendo assim o encontro e a entrevista. Vale ressaltar que a participação dos professores ocorreu de forma voluntária, e que os únicos dados pessoais coletados foram a área de graduação, tempo de serviço e o tipo de rede de ensino em que trabalha no município. Os dados foram disponibilizados de forma geral, e não de forma individual.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Conhecendo a área de atuação e a formação profissional dos entrevistados

A partir do questionário foi possível coletar informações referentes aos professores que compunham o Atendimento Educacional Especializado - AEE e Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE do município de Redenção, Ceará, tais como: área de formação, área de atuação atual, núcleo de filiação municipal.

O município dispõe de 2 coordenadoras, 4 psicopedagogos (sendo 2 para o AEE e 2 para o NAPE), 1 pedagoga, 1 psicóloga, 1 orientadora educacional e 1 auxiliar administrativo. Contudo, de acordo com o objetivo deste estudo, apenas 3 profissionais aceitaram participar da pesquisa.

Com base nas respostas é visto que a maioria dos profissionais que realizam os atendimentos são formados em Psicopedagogia, com cursos de especialização em AEE, sendo apenas uma professora Pedagoga com especialização no AEE, com habilitação em deficiência intelectual, auditiva, visual, transtorno global do desenvolvimento, TEA (Transtorno do Espectro Autista), deficiência física e altas habilidades.

O Quadro 1, apresenta o sexo e formação profissional dos entrevistados, área de atuação atual e tipo de programa que participa do município de Redenção – Ce. Todas as entrevistadas são do sexo feminino, tendo o quantitativo de área de formação distribuído da seguinte forma: uma Pedagoga com especialização em AEE e duas Licenciadas em Língua Portuguesa. De acordo com Faria Filho e Macedo (2004), a Pedagogia foi se constituindo como preponderantemente feminina, principalmente nas primeiras décadas do século XX, por correlacionar à docência com crianças pequenas, tendo em vista as representações culturais que associam o cuidado e a educação de crianças às mulheres (VIANNA, 2002; LOURO, 2011).

Segundo Placco et al (2012),

a coordenação pedagógica no Brasil é exercida predominantemente por mulheres, casadas, com filhos, na faixa de idade entre 36 e 55 anos. A maioria tem Magistério do 2º grau e graduação em Pedagogia, e algumas têm especialização em alguma área da educação.

Assim fica claro que o tempo na função e a experiência são fatores importantes, mas não decisivos para o bom desempenho do profissional.

Quadro 1 – Pergunta do questionário aplicado às entrevistadas, em que investiga o sexo e formação profissional, área de atuação atual e tipo de programa que participa do município de Redenção – Ce.

Professoras	Área de formação	Sexo	Área de atuação atual	Tipo de programa que participa
P1	Pedagoga com especialização no AEE	Feminino	Psicopedagoga	AEE
P2	Licenciatura em Língua Portuguesa	Feminino	Coordenadora	AEE - NAPE
P3	Licenciatura em Língua Portuguesa	Feminino	Coordenadora	AEE - NAPE

Fonte: (Autor, 2022)

Outro ponto que foi questionado aos profissionais, foi sua atual atuação conforme sua formação, conforme os dados apresentados no Quadro 1, duas são professoras licenciadas em Língua Portuguesa que atuam como coordenadoras de programas como AEE e NAPE, e uma Pedagoga com especialização no AEE, que atuam como psicopedagogas dentro dos núcleos citados. É possível perceber que os cargos ocupados não condizem com suas formações, no entanto, os projetos são desenvolvidos e executados.

4.2 Atendimento Estudantil Especializado

Durante a pesquisa foi indagado às educadoras o modo como eram realizadas as seleções para os atendimentos das crianças com deficiências. Observou-se que os alunos são selecionados de acordo com a orientação da escola e dos professores, após o início do período letivo e para os alunos que ainda não possuem laudos. Porém, vale ressaltar que no ato da matrícula é questionado aos pais se a criança possui laudo. Após ter o conhecimento das condições físicas e intelectuais da criança elas são direcionadas para terem o atendimento no NAPE.

Desta forma, foi indagado inicialmente, como são selecionadas as crianças para o atendimento no núcleo (Quadro 2). De acordo com a P1 as informações sobre as crianças são

obtidas através de visitas realizadas nas escolas no início de cada período letivo, assim encaminhadas para a matrícula.

Quadro 2 – Pergunta 1 do questionário aplicado às entrevistadas, em que investiga: Como são selecionadas as crianças para o atendimento?

Professoras	Respostas
P1	“No início de cada ano letivo era realizado uma visita em todas as escolas públicas do município de Redenção, fazendo um mapeamento e buscando informações. Quantos alunos havia na escola, quais alunos apresentaram características de deficiências e em quais as salas de aulas estavam matriculados. O atendimento se dava aos alunos já diagnosticados com a deficiência”.
P2	“No ato da matrícula, já é perguntado aos pais se a criança possui alguma deficiência e/ou necessita de algum atendimento especial e se já possui laudo. Com essas informações a escola entra em contato com o núcleo, informa que há uma nova criança para que sejam tomadas as providências para o acompanhamento”.
P3	“O encaminhando pode partir da escola no ato da matrícula, pode vir de professores no decorrer do período letivo ou dos próprios pais. Para as crianças com laudo elas são diretamente encaminhadas para o núcleo, devido à grande demanda estamos com uma fila de espera, onde a prioridade está sendo caracterizada devido ao grau de cada especialidade”.

Fonte: (Autor, 2022)

No entanto, P2 e P3 afirmam que é no ato da matrícula que essas crianças são direcionadas por meio da escola. P3 enfatiza que “Para as crianças com laudo elas são diretamente encaminhadas para o núcleo, devido à grande demanda estamos com uma fila de espera, onde a prioridade está sendo caracterizada devido ao grau de cada especialidade”, ambas as professoras concordam que a escola deve iniciar o encaminhamento desses alunos.

Ainda de acordo com P3, notou-se um aumento com a crescente busca por atendimentos devido ao grande número de encaminhamentos da escola. Segundo Richard (2008), a falta de profissionais especializados, que se mantenham informados, participando de ações de formação contínua e recebendo suporte de equipes multidisciplinares e da instituição, ainda é um quantitativo baixo. Além disso, os profissionais necessitam ser orientados e acompanhados sempre, para que a inclusão possa ser contínua (PIMENTEL, 2014).

Já na busca de reduzir esse quantitativo de alunos que se encontram esperando por atendimento, utiliza-se como prioridade o grau de especialidade da criança. É de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE a elaboração e execução do plano do AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular. Percebe-se, portanto, a necessidade de planejamento e de articulação entre educação especializada e ensino comum (BAPTISTA, 2011).

Em seguida foi questionado se todas as crianças em atendimento são laudadas (Quadro 3). De acordo com as respostas, com o início do período letivo, vem a chegada de mais estudantes e a procura por mais atendimentos. Conforme explica a P1, “alguns alunos já chegavam na escola com laudos e outros ainda não”. A P2 e P3, informam também sobre outra demanda, que recebe o nome de espontânea, ela se dá a partir da necessidade vinda seja dos educadores, dos seus responsáveis e até de outros órgãos do município.

Quadro 3 – Pergunta 2 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Todas as crianças em atendimento são laudadas?

Professoras	Respostas
P1	“Sempre no início do período entravam novos alunos que apresentavam as características de deficiência, alguns alunos já chegavam na escola com laudos e outros ainda não”.
P2	“Não. Há também a chamada demanda espontânea, tem suas peculiaridades pois ela pode vir dos pais, há casos também que essa demanda poderá vir de uma unidade básica de saúde, de uma agente de saúde, do conselho tutelar de vários outros setores”.
P3	“Não, também dispomos de atendimento para as crianças que não tem laudo. Em outros casos para o atendimento contamos também com as demandas espontâneas, que podem surgir a partir dos pais ou dos professores, onde crianças que não tem laudo e que estão com dificuldades na aprendizagem e precisam de um acompanhamento escolar, são encaminhadas diretamente ao psicopedagogo”.

Fonte: (Autor, 2022)

Conforme afirma Poker et al (2013), sobre a Nota Técnica nº 4 de 23 de janeiro de 2014, para alunos com deficiência intelectual, esse documento afirma que não há exigência de apresentação de um atestado médico para que esse aluno possa usufruir do direito ao atendimento especializado em salas de recursos multifuncionais. Cabe à escola produzir esses

encaminhamentos, e estando de acordo com falas anteriores das professoras que afirmam que a escola realiza esses encaminhamentos (Quadro 2).

Diante a continuidade da entrevista P3 esclarece que as “crianças que não tem laudo e que estão com dificuldades na aprendizagem e precisam de um acompanhamento escolar, são encaminhadas diretamente ao psicopedagogo” (Figura 3).

Figura 3 - Sala de acompanhamento Psicopedagogo(a)



Fonte: (Autor, 2023)

Ressalta-se então, que a Psicopedagogia vem caminhando no sentido de contribuir para a melhor compreensão desse processo. Tendo em vista, que o profissional psicopedagogo ocupa-se dos problemas de aprendizagem que vão muito mais além do campo da Psicologia juntamente com a Pedagogia (GAZINEU, 2014). Diante do exposto, o apoio psicopedagógico vem auxiliar os estudantes que têm dificuldades na aprendizagem, na leitura, dificuldade na compreensão dos conteúdos.

Com relação às crianças que não possuem laudo (Quadro 4), as professoras entraram em consenso que inicialmente precisa-se de um encaminhamento dessas crianças, primeiramente dos profissionais educacionais que geram um relatório, e em seguida para os profissionais da saúde que fornecem o diagnóstico por meio de um médico.

Quadro 4 - Pergunta 3 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: E as crianças que não tem laudo?

Professoras	Respostas
P1	“O município fazia parcerias com a Saúde, assim profissionais eram disponibilizados e algumas vezes atuavam na escola para que pudessem acompanhar as crianças que ainda não tinham laudo e poder fechar o diagnóstico”.
P2	“As crianças que não possuem laudo e que não é informado no ato da matrícula pelos pais, geralmente possuem os seguintes encaminhamentos, o professor entra em contato com os pais, se sentirem necessidade entregam um relatório para ser encaminhado à saúde com as devidas informações de acordo com seu olhar de educador. Ele então é encaminhado muitas vezes a um pediatra, que fará uma avaliação e então encaminha a um profissional da educação ou um profissional da saúde”.
P3	Algumas vezes os professores nos enviam relatório que crianças estão com dificuldades na aprendizagem e não conseguem avançar. Ao iniciar o acompanhamento se a psicopedagoga notar algo a mais que vá além de um distúrbio de aprendizagem, ela pede ajuda a psicóloga e juntas essas profissionais retornam aos pais informando que esse aluno precisa de um acompanhamento mais especializado, que pode ser de um neuropediatra ou psiquiatra dependendo de cada caso.

Fonte: (Autor, 2022)

Em relação ao especialista, P2 aborda que “[...] muitas vezes há um pediatra que fará uma avaliação”, já a P3 alude que “esse aluno precisa de um acompanhamento mais especializado, que pode ser de um neuropediatra ou psiquiatra dependendo de cada caso”.

Mediante a pergunta 4 do questionário, (Quantas e quais são as escolas que oferecem o atendimento educacional especializado?), obteve-se as seguintes respostas:

“No município de Redenção tem o Núcleo de Apoio Psicopedagógico do Estudante (NAPE) e sua sede é na Escola Maria Augusta Russo dos Santos, somente nessa escola ocorrem os atendimentos. Nessa escola é recebido todas as demandas dos distritos” (P1).

Percebemos então que o município não disponibiliza de uma sede própria para o NAPE, com isso:

“Nós utilizamos esse prédio emprestado da escola e atendemos as 25 escolas públicas do município de Redenção, ou seja, nesse prédio nós atendemos todas as crianças do município que necessitam de atendimento especial” (P2).

Analisando as falas das profissionais envolvidos sobre o espaço utilizado para o núcleo, relembro outras indagações já apresentadas anteriormente como a alta demanda por atendimentos em relação à baixa quantidade de profissionais. O que vem acarretando uma fila de espera para as crianças que necessitam desse atendimento. Com isso é compreensível a necessidade de ampliação do quadro de profissionais especializados, o que, em contrapartida pode ser inviável devido à falta de espaço disponibilizado, por não ter um prédio disponível exclusivamente para o AEE e NAPE.

Essas instituições devem disponibilizar o espaço físico. O acesso ao Programa se dá pela ação da Secretaria de Educação, que apresenta a demanda no Plano de Ações Articuladas - PAR e indica as escolas a serem contempladas, por meio do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011).

O Quadro 5 apresenta como são feitos os atendimentos. A periodicidade dos atendimentos não é suficiente, o que de acordo com as respostas das profissionais entrevistadas, idealiza-se que o atendimento ocorra pelo menos até três vezes por semana. Sendo possível atender apenas uma vez por semana, pois também é necessário dar atenção às crianças não típicas, que têm dificuldades na aprendizagem e necessitam desse acompanhamento. Mesmo que o município tenha um total de 25 escolas, elas não estão preparadas para oferecer esse serviço.

Quadro 5 – Pergunta 5 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Como é feito o atendimento?

Professoras	Respostas
P1	“Com a chegada de todas as crianças em conjunto, que o transporte trazia, eles eram organizados em grupos de cinco crianças e cada grupo seguia para um dos três profissionais que já se encontravam em suas salas para o acolhimento desses estudantes. De acordo com a necessidade de cada aluno as estimulações eram de acordo com cada aluno, por serem alunos diferentes com necessidades distintas e que não dá pra igualar e nem comparar. Utilizando jogos manipuláveis, que chamem sua atenção por apresentarem uma inquietude e que muitas vezes desviam o foco rapidamente. Uma metodologia com diferentes estratégias para cada um”.
P2	“É priorizado o atendimento individual, visto que o plano é feito para que o atendimento ocorra de forma individualizada, tanto para psicólogos, psicopedagogos e professores de AEE. Salvo algumas exceções em que há

	uma necessidade de um atendimento em grupo, com no máximo 2 ou 3 crianças”.
P3	“O plano é montado para o atendimento acontecer de forma individual. Em alguns casos onde há a necessidade de interação entre as crianças, é pensado um atendimento em grupo, não podendo ultrapassar para 3 crianças”.

Fonte: (Autor, 2022)

Conforme pontuam as professoras, o plano de atendimento é pensado para acontecerem de formas individuais, havendo exceções. Segundo afirmação de P1 com a chegada do grupo de 5 crianças, elas seriam divididas entre os profissionais, sendo 3. Onde diverge de P2 que afirma que o atendimento poderia ser realizado com 2 ou 3, onde é afirmado por P3, “Em alguns casos onde há a necessidade de interação entre as crianças, é pensado um atendimento em grupo, não podendo ultrapassar 3 crianças”.

Dessa forma,

Para pensar na intersetorialidade é necessário que se tenha clareza quanto ao papel dos profissionais que estão envolvidos no processo de inclusão educacional do aluno PAEE. O professor do AEE tem como atribuições: identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias para alunos PAEE; elaborar e colocar em prática o plano de Atendimento Educacional Especializado; organizar os atendimentos dos alunos e a periodicidade; acompanhar o uso dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula e ambiente escolar; realizar parcerias com as áreas intersetoriais para elaboração de estratégias e disponibilização de recursos de acessibilidade; orientar os professores e famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno; ensinar e utilizar a tecnologia assistiva para ampliar as habilidades funcionais; articular com os professores da sala de aula comum, para promover a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

O quadro 6 apresenta as respostas das entrevistadas para a pergunta 6, que questiona sobre como os horários são organizados e qual o tempo de duração do atendimento, além da frequência das sessões.

Quadro 6 - Pergunta 6 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Como são organizados os horários de atendimento? Qual o tempo de duração do atendimento e a frequência das sessões?

Professoras	Respostas
P1	“Os horários são organizados em conjunto com os outros profissionais delimitando um distrito para cada turno. O ideal seria três vezes por semana, porém devido a demanda e quantidade de profissionais não era possível, sendo então uma vez por semana. Em relação ao tempo para cada grupo, atendidos em dupla o tempo é organizado de acordo com a demanda, variando algumas vezes de acordo com a necessidade, mas sempre respeitando o horário para o retorno do carro aos distritos. A

	chegada se fazia às 08h e as crianças saíam entre 10h e 10h30. A exceção para o atendimento em grupo são para as crianças que apresentam uma limitação mais severa, um acompanhamento mais diferenciado do atendimento quando o tempo permitia se fazia individual. Todos os atendimentos feitos de forma individual e coletiva”.
P2	“No contraturno da aula ou não, dependendo da demanda. Uma vez por semana, atendimentos de até 30 minutos. Não é suficiente, mas é o que pode ser oferecido no momento pelo município de Redenção”.
P3	“Preferencialmente no contraturno das aulas, salvo alguns casos que não é possível o deslocamento por diversos motivos até a escola, então nesse caso específico a criança vem no turno escolar”.

Fonte: (Autor, 2022)

De acordo com a P2 “No contraturno da aula ou não, dependendo da demanda” e P3 expressa “preferencialmente no contraturno de cada aluno conforme a necessidade”. Já P1 acrescenta que “A chegada se fazia às 08h e as crianças saíam entre 10h e 10h30”. A professora tem essa concepção com base na valorização da realização do AEE no contraturno, conforme decreto que estabelece o atendimento prioritariamente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) (BRASIL, 2008).

A frequência dos atendimentos também foi um ponto levantado pelas professoras, conforme apontado por P2 são “Uma vez por semana”, já P1 destaca que “O ideal seria três vezes por semana”. Infelizmente por razões de falta de profissionais que atuam como pedagogo, esses atendimentos são reduzidos. Todas confirmam que o atendimento dura em torno de 30 minutos. No entanto o P1 informa que esses atendimentos são realizados conforme o tempo necessário, sempre respeitando o horário do transporte (quadro 6).

4.3 Assistência ao Estudante

Em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996) destaca que será garantido o “atendimento ao educando, no Ensino Fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Art. 4, § VIII).

Em vista disso, foi questionado como é realizada a locomoção das crianças até os atendimentos. Foi apontado pela profissional, P2 “O município disponibiliza o veículo para buscar em casa, trazer ao atendimento e em seguida deixá-las novamente em casa” e o fato pode ser confirmados com as demais professoras, e elas ressaltam que cada localidade possuem um dia específico para que o transporte possa fazer a rota e buscar os alunos para o atendimento (Quadro 7).

Quadro 7 – Pergunta 7 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Como as crianças se locomovem até os atendimentos? O município disponibiliza de um transporte?

Professoras	Respostas
P1	“A partir da coleta de informações, o mapeamento realizado no início no ano letivo, um cronograma era montado para cada localidade e o município oferecia um transporte para buscar as crianças. Nos turnos manhã e tarde era realizado o atendimento com turmas diferentes. Para as crianças dos distritos o município disponibiliza transporte, organizado por rotas e por turnos, essas crianças chegam geralmente às 08h e saem por volta de 10h30”.
P2	O município disponibiliza o veículo para buscar em casa, trazer ao atendimento e em seguida deixá-las novamente em casa. Esse veículo é exclusivo para o AEE, contando com o motorista, uma monitora, ambos treinados, além da criança e um responsável próximo, que de preferência são os próprios pais. São distribuídas e organizadas rotas que são seguidas semanalmente e no decorrer dos turnos.
P3	“Conforme a demanda que surge são organizadas as rotas que vão seguir até os distritos, cada dia e turno é organizado conforme a localidade. Sempre acompanhado de um motorista, um acompanhante, os responsáveis, geralmente as mães ou os pais e as crianças”.

Fonte: (Autor, 2022)

Podemos verificar através das respostas das educadoras, que o município dispõe de um veículo exclusivo para trazer os alunos para a sede do atendimento, ressaltando que existe um planejamento prévio para que possa ser realizado o cronograma de acordo com a demanda das localidades. Assim, como confirma P2 “Esse veículo é exclusivo para o AEE, contando com o motorista, uma monitora, ambos treinados, além da criança e um responsável próximo, que de preferência são os próprios pais”.

O Quadro 8 mostra as respostas das professoras quando foram indagadas sobre realizarem o acompanhamento com os pais.

Quadro 8 – Pergunta 8 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: É realizada alguma entrevista com os pais? Algum questionário para obter mais informações sobre as crianças?

Professoras	Respostas
P1	“Sim, antes os professores pedagogos realizavam uma Anamnese. Conversamos com a família para saber como havia sido desde o período gestacional até o nascimento, após o nascimento como era a relação mãe e filho, se notado algo diferente. Fazendo perguntas sobre se a criança tem acompanhamento com o pediatra, se toma vitaminas, o que gosta de comer, como gosta, suas brincadeiras e brinquedos favoritos, como é sua rotina, como é seu comportamento na escola, se tem colegas na sala, quem deixa na escola, quem busca, como é a relação com o corpo docente da escola, entre outras. Todas as perguntas nos ajudavam a montar estratégias de como lidar com esse aluno, além de conhecer um pouco sobre a família e se há algo que possamos ajudar ou contribuir”.
P2	“Sim, o nome desse questionário chama-se anamnese, hoje nós coordenadores após organizarmos e montarmos os cronogramas de atendimentos, entramos em contato com os pais e agendamos essa entrevista. Ele é de grande importância para os profissionais do atendimento, buscamos conhecer a criança desde a gestação até a chegada da escola, seus costumes, sua rotina, suas brincadeiras, as pessoas de sua convivência, se toma medicação, se tem algum acompanhamento, informações que venham a ajudar no atendimento a essa criança”.
P3	“Sim, temos um questionário pronto que se chama anamnese que através dele buscamos as informações sobre a criança. Todas as informações sobre a criança, desde a gestação de sua mãe, seu desenvolvimento, se necessita de um acompanhamento com outro profissional, informações relevantes para o atendimento”.

Fonte: (Autor, 2022)

Evidenciou-se que é realizado um questionário chamado de Anamnese, o questionário aborda temas que buscam informações e obter um diagnóstico do aluno, conforme informa Wanessa Caldart,

Anamnese para o Atendimento Educacional Especializado: Relato e descrição do histórico de vida pessoal, escolar e clínica do estudante; Dados pessoais do estudante; Dados dos responsáveis; Conhecer o esquema familiar; Conhecer as queixas e motivos para o AEE; Conhecer a rotina do estudante; Evolução psicomotora; Habilidades e dificuldades; Rotina familiar e do estudante (CALDART, 2020, p.34).

Para Claudio Chaves Beato Filho,

As anamneses são essenciais para o estabelecimento de um diagnóstico médico, e consistem em um processo de coletar dados das biografias dos pacientes à luz de uma hipótese. Trata-se de um procedimento essencialmente interpretativo, envolvendo uma relação reflexiva entre as suposições do médico e o comportamento e motivações que poderiam ser associadas ao diagnóstico” (BEATO FILHO 1994, p.54).

Através de um agendamento os pais são solicitados a comparecerem ao Núcleo para a realizar a entrevista, onde se dá início aos atendimentos a partir das informações dadas. A partir das informações coletadas é realizada a seleção das crianças para cada profissional onde essas informações são compartilhadas e então organizado os dias e horários dos atendimentos.

Além dessas medidas e estratégias, é necessário informar às famílias sobre a importância que a sua presença e participação no ambiente têm para o processo de escolarização do filho, assim como, considerar as especificidades de cada uma, evitando propor um critério que não se adeque a essa realidade diversificada. O contato cotidiano entre a família e o educador é essencial e recomendável, pois a partir dessa parceria será possível obter informações que permitam entender o comportamento infantil e potencializar o desenvolvimento da criança (PANIAGUA, 2004).

4.4 Atividades realizadas pelo Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE

Sobre as atividades realizadas pelo NAPE, no Quadro 9, é questionado sobre a realização dos relatórios de atividade dos avanços.

Quadro 9 - Pergunta 9 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: A partir das atividades é realizado um relatório de atividades dos avanços?

Professoras	Respostas
P1	“Sim, anualmente é feito um relatório das crianças de forma individual e permanece guardado na ficha do aluno, nos dados da escola”.
P2	“Sim, foi criada uma pasta no drive do núcleo que permite ao profissional acessar esses dados. São dados sigilosos que se

	encontram on-line e apenas o próprio profissional poderá acessá-los, podendo os pais solicitarem uma cópia caso tenham a necessidade”.
P3	“Sim, a forma de viabilizar o acesso às informações foi criada uma pasta no drive, que permite a cada profissional acessar o seu próprio relatório. Em alguns casos, como transferências de alunos ou na necessidade para outros atendimentos, os pais podem estar solicitando uma cópia deste relatório”.

Fonte: (Autor, 2022)

Todas as professoras confirmam que são realizados relatórios, de forma individual para cada criança, os quais são anexados na ficha do aluno e nos dados da escola. P3 e P2 salientam, “[...] foi criado uma pasta no drive do núcleo que permite ao profissional acessar esses dados”, são documentos sigilosos, “apenas o próprio profissional poderá acessá-los, podendo os pais solicitarem uma cópia caso tenham a necessidade”. Como exemplo de necessidade, estão as transferências de alunos ou outros atendimentos.

O instrumento de avaliação é determinado pela própria equipe, através de diários de classe, relatórios, fichas ou similares contendo indicadores, entre outros, onde suas anotações são registradas para ser analisada pela equipe da qual os profissionais fazem parte (BRASIL, 2006).

A partir dessa avaliação gera-se um relatório onde são descritos e avaliados os avanços e/ou retrocessos de cada aluno, suas necessidades e peculiaridades. Desde sua chegada a esse profissional, geralmente no início do período letivo, até o final do ano, onde esse relatório é fechado de acordo com as anotações durante todo o ano.

Em seguida indagou-se, como se deu a criação do Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE. Respectivamente, de acordo com as respostas no Quadro 10, as professoras comentam que foi devido a necessidade de ampliação dos atendimentos (Figura 4 e 5), individualmente com psicopedagogo e psicólogo.

Figura 4 - Sala Multifuncional 2



Fonte: (Autor, 2023)

Figura 5 - Sala multifuncional 3



Fonte: (Autor, 2023)

Quadro 10 - Pergunta 10 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Como se deu a criação Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE? Ele é integrado ao AEE?

Professoras	Respostas
P1	“Devido a necessidade de ampliação dos atendimentos. Sim, ele é integrado ao AEE”.

P2	“No caso antes apenas seguia aqui os atendimentos para o AEE e hoje esse atendimento foi ampliado, nós temos o NAPE, que é um atendimento individual com psicopedagogo e psicólogo. O núcleo veio para agregar e acrescentar mais atividades ao atendimento. Visto que o AEE chegou em meados do ano de 1988, tendo sua sala com recursos apenas a partir de 2005, sala de recursos multifuncionais”.
P3	Conforme a demanda que vem surgindo, houve uma grande necessidade de ampliar os atendimentos e oferecer outros acompanhamentos. Sim, age integrado ao AEE.

Fonte: (Autor, 2022)

Com relação à integração com o AEE, P2 acrescenta: "No caso antes apenas seguia aqui os atendimentos para o AEE e hoje esse atendimento foi ampliado, nós temos o NAPE [...] Visto que o AEE chegou em meados do ano de 1988, tendo sua sala com recursos apenas a partir de 2005, sala de recursos multifuncionais" (Figura 6). Consequentemente confirma o vínculo entre esses dois programas.

Figura 6 - Sala Multifuncional 1



Fonte: (Autor, 2023)

Com a expansão do núcleo mais profissionais puderam ser contratados e mais serviços puderam ser ofertados, assim como atender uma maior quantidade de alunos. Conforme já citado anteriormente esse aumento de profissionais veio para atender uma necessidade que já existia no município, porém que não foi suficiente.

Nem todas as escolas contam com um educador especial, nestes casos o AEE é realizado pela equipe do NAPE, que dispõe do atendimento (PADILHA, 2019).

Uma outra questão de extrema relevância, foi a pergunta 11 do questionário (Para cada escola há uma equipe multidisciplinar? Se sim, é composta por quantos e quais profissionais), obteve-se as seguintes respostas: De acordo com a primeira entrevistada:

(...) como a sede do NAPE está localizada na Escola Maria Augusta e apenas essa escola oferece o atendimento. A equipe é composta por um psicólogo e psicopedagogos, em outros momentos, antigos já foram oferecidas fonoaudiólogas. O mais comum é o município fazer parcerias com profissionais para ter acesso ao atendimento fora da escola, pois muitas vezes os profissionais não podiam estar presentes na escola. Esse atendimento é oferecido de forma gratuita para atender as necessidades conforme ia surgindo a demanda (P1).

A professora P1 destaca que a equipe multidisciplinar apresentava em sua equipe um fonoaudiólogo, porém não apresenta mais e não justificou o motivo da contratação de um novo fonoaudiólogo. Em seguida, as professoras fizeram um breve relato a respeito do quantitativo de profissionais que são oferecidos pelo núcleo, que abrange o AEE e o NAPE.

A equipe é composta por 10 profissionais, sendo 2 coordenadoras, 1 orientadora educacional, 1 psicóloga, 4 psicopedagogos, 1 pedagogo e 1 auxiliar administrativo (P3)

Mesmo sendo dez profissionais que compõem o núcleo, ainda assim não conseguem atender a toda a demanda de todas as escolas do município. Pois, esses profissionais são divididos dentro dos programas e em atendimentos específicos para o AEE em algumas escolas.

O Quadro 11 apresenta as respostas das professoras quando foram indagadas sobre quais os outros atendimentos o NAPE disponibiliza e quais alunos são beneficiados.

Quadro 11 - Pergunta 12 do questionário aplicado às entrevistadas, em que questiona: Quais outros atendimentos o Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE disponibiliza e quais alunos são beneficiados?

Professoras	Respostas
P1	“Conforme a demanda da própria escola, a psicóloga tem atendimento com os estudantes”.
P2	“Atendimento de escuta e acolhimento de adolescentes em crise de ansiedade, crises de pânico, automutilação, pensamentos suicidas, bullying, etc, é oferecido para os estudantes da referida escola”.
P3	“Dispomos de acompanhamentos com a psicóloga, que realiza um atendimento de escuta e acolhimento de adolescentes, são casos específicos que acontecem de acordo com a demanda necessária da escola”.

Fonte: (Autor, 2022)

As profissionais salientam que conforme a demanda da própria escola, os estudantes tem atendimentos com a psicóloga, já os atendimentos de escuta e acolhimento ocorre para adolescentes em crise de ansiedade, crises de pânico, automutilação, pensamentos suicidas, *bullying*¹ e outros, de acordo com a demanda necessária da escola (Figura 7).

Figura 7 - Sala de acompanhamento do Psicólogo(a)



Fonte: (Autor, 2023)

¹ *Bullying* é uma palavra de origem inglesa que designa atos de agressão e intimidação repetitivos contra um indivíduo que não é aceito por um grupo, geralmente na escola.

O desenvolvimento de um programa de educação para a saúde da criança deve ocorrer nas escolas primárias, pois é nesta fase que as crianças começam a desenvolver os seus conhecimentos, integração social e potenciais relacionamentos que durarão para o resto das suas vidas (RAMALHO, 2014).

As iniciativas educativas podem ter como objetivo aumentar a conscientização sobre quaisquer problemas de saúde ou aqueles que podem ajudar a prevenir certos efeitos negativos. Nesse sentido, é de suma importância enfatizar o quanto às ações preventivas são vantajosas sobre as ações curativistas, tanto do ponto de vista econômico quanto solidário, é fundamental, pois podem reduzir a incidência de doenças e contribuir para a diminuição dos indivíduos acometidos, de sua morbidade e mortalidade (PIANTINO et al, 2017).

Através dessas ações a escuta e o acolhimento utilizam da ferramenta terapêutica empatia, um modo de comunicação entre sujeitos que acontece independentemente da intenção consciente. De acordo com a sensibilidade do usuário em relação ao sentir-se escutado, com implicações terapêuticas diretas para seu tratamento. É fundamental, para isso, que o profissional exerça a escuta deliberada para que possa apreender melhor sua dinâmica interna. Logo, quando não há escuta, regride em seu tratamento, permitindo que sentimentos negativos apodreçam e às vezes levam a decisões desastrosas (MAYNART, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados e analisando as políticas de inclusão social na perspectiva da educação inclusiva e como elas vêm sendo desenvolvidas nas escolas regulares do município de Redenção, Ceará, identificou-se que os projetos de inclusão que são oferecidos no município, são o Atendimento Educacional Especializado - AEE e o Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE, para todos os alunos que precisam.

No entanto, para resolver o problema de falta de profissionais e da grande demanda de crianças, se faz necessário a construção de um espaço físico específico para abranger essa demanda. Além disso necessita de um olhar mais direcionado sobre esse assunto, tendo em vista que apenas uma escola do município dispõe desse serviço e necessita-se que seja ampliado.

Após a análise dos programas identificados para educação inclusiva, verificou-se que estão sendo aplicados, no entanto, acontecem semanalmente em um curto período. Na visão da periodicidade e conforme as necessidades das crianças, esses atendimentos deveriam acontecer pelo menos três vezes por semana, contudo vem sendo impossível.

Diante do exposto podemos afirmar que apesar desses atendimentos serem oferecidos pelo município, eles poderiam ser melhorados, principalmente levando em consideração a fila de espera por atendimento que vem aumentando. É ainda mais nítida a falta de um espaço específico e uma maior contratação de pessoal qualificado, torna-se fundamental, pois a equipe por trás desses projetos é pequena, necessitando ser ampliada.

Mediante a investigação das necessidades educacionais especiais, as práticas pedagógicas, são pensadas para atender diversos alunos de diferentes especificações. Assim é confirmado que os projetos são inseridos no âmbito educacional. Apesar de ser aplicada pelos profissionais de forma individual nas salas multifuncionais, é por muitas vezes adaptada e aplicada em grupo, com duas ou três crianças. O acompanhamento das crianças realizados pelos profissionais consiste em diagnóstico, intervenção e monitoramento durante todo atendimento.

Salienta-se, ainda, que a escolha desse tipo de ensino não anula as dificuldades dos alunos, pelo contrário, as diferenças são vistas como diversidade e não como problemas, sendo essa intervenção pedagógica um ponto bastante positivo, pois interliga a aprendizagem com a

construção do conhecimento ao mesmo tempo que possibilita o desenvolvimento proximal e cognitivo dessas crianças.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa; CAMARGO, Rubens Barbosa de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, p. 69-78, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Theresa-Adriao/publication/330258907_A_gestao_democratica_na_Constituicao_Federal_de_1988/links/5c35fd4b458515a4c718d186/A-gestao-democratica-na-Constituicao-Federal-de-1988.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 02 jan. 2023.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5º ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=QL4rDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT13&dq=AMERICAN+PSYCHIATRIC+ASSOCIATION+et+al.+DSM-5:+Manual+diagn%C3%B3stico+e+estat%C3%ADstico+de+transtornos+mentais.+5%C2%BA+ed.+Porto+Alegre:+Artmed+Editora,+2014.&ots=nR5IwGtfEU&sig=YUN57H_DEnesJ-VmEihAOud1ExM#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 05 jan. 2023.
- ASSUNÇÃO, Maria Clara Chaves; DE OLIVEIRA SOARES, Irineu Carvalho. A importância da prova técnica na interdição das pessoas com deficiência. **Ciência Atual– Revista Científica Multidisciplinar do Centro Universitário São José**, v. 8, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revista.saojose.br/index.php/cafsj/article/view/157>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 59-76, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B4mkmTPHqg8HQYsLYxb6tXb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2022.
- BEATO FILHO, Claudio Chaves. Práticas de glosa e anamnese. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 4, p. 41-56, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v4n1/03.pdf>. Acesso em: 16 de jan. de 2023.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Bobbio,%20Norberto/Norberto%20Bobbio%20-%20O%20futuro%20da%20democracia.rtf>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 13 janeiro 2023.

BRASIL. **Decreto nº. 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.571%2C%20DE%2017%20DE%20SETEMBRO%20DE%202008.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20atendimento%20educacional,13%20de%20novembro%20de%202007.. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 13 janeiro 2023.

BRASIL. **Lei nº. 12.976, de 4 de abril de 2013.** Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaooriginal-139375-pl.html>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL, **Ministério da educação.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasília 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf . Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007. **Organização das nações unidas.** Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC).** Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais. 2ª edição, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº. 13/2009.** Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. D.O.U. 24/9/2009, Seção 1, p. 13. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRIDI, Fabiane. Atendimento educacional especializado. **Reflexão e Ação**, v. 17, n. 1, p. 42-56, 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/>. Acesso em: 18 set. 2022.

CALDART, Wanessa. Anamnese você sabe o que é e para que serve? Blog, **Meu Diário de Pedagogia**, 23 de novembro de 2020. Disponível em: <https://meudiariodapedagogia.wordpress.com/2020/11/23/anamnese-voce-sabe-o-que-e-e-para-que-serve/>. Acesso: 16 de jan. de 2023.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, p. 1-6, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?format=html&stop=previous&lang=pt>. Acesso: 02 dez. de 2022.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Educação inclusiva na educação infantil**. Práxis Educacional, p. 81-95, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124965>. Acesso em 05 dez. 2022.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 5, p. 81-90, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/TGxy7Jw4J4KLf6NkTM3DBzN/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2022.

CURY, Carlos Jamil. Sentidos da educação na Constituição Federal de 1988. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 29, n. 2, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/43518>. Acesso em: 15 dez. 2022.

DAMÁZIO, Milene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. Brasília. 2007. Disponível em: <http://repositorio.go.senac.br:8080/jspui/handle/123456789/238>. Acesso em: 05 nov. 2022.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Projeto pedagógico do curso de agronomia**. Instituto de Desenvolvimento Rural, Coordenação do Curso de agronomia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. Redenção, 2018. Disponível em: https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/02/16_02_2018-PPP.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

DELBIANCO, Leticia Carlos. **A lei nº 13.146, de 2015: lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência) e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro**. 2019. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/20146>. Acesso em: 08 nov. 2022.

FARIA FILHO, Luciano Mendes., MACEDO, Elenice Fontoura de Paula. A feminização do magistério em Minas Gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação da SBHE**, 3., 2004, Curitiba. Anais. Curitiba, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Amanda-Rabelo-3/publication/266244820_A_MULHER_NO_MAGISTERIO_BRASILEIRO_UM_HISTORI

CO SOBRE A FEMINIZACAO DO MAGISTERIO/links/5a20254c458515341c839373/A-MULHER-NO-MAGISTERIO-BRASILEIRO-UM-HISTORICO-SOBRE-A-FEMINIZACAO-DO-MAGISTERIO.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

FREITAS, Luiz. Em direção a uma política para a formação de professores. **Em Aberto**, v. 12, n. 54, 1992. pp. 3- 22. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/2178/1917>. Acesso em 09 nov. 2022.

FRIEDBERG, Robert D.; MCCLURE, Jessica Morales. **A Prática Clínica da Terapia Cognitiva com Crianças e Adolescentes-2**. Artmed Editora, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LJaDDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR132&dq=FRIEDBERG,+Robert+D.%3B+MCCLURE,+Jessica+Morales.+A+Pr%C3%A1tica+Cl%C3%ADnica+da+Terapia+Cognitiva+com+Crian%C3%A7as+e+Adolescentes-2.+Artmed+Editora,+2019&ots=2koKUVXkMw&sig=GBbmmRYgyJWoAhdRMUYLd070e3k#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 08 nov. 2022.

GADIA, Carlos. **Aprendizagem e Autismo**. In: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO R. S. Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=CdiGCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=GADIA,+Carlos.+Aprendizagem+e+Autismo.+In:+ROTTA,+N.+T.%3B+OHLWEILER,+L.%3B+RIESGO+R.+S.+Transtornos+da+Aprendizagem:+Abordagem+Neurobiol%C3%B3gica+e+Multidisciplinar.+Porto+Alegre:+Artmed,+2006.+&ots=y3aykMz5zu&sig=-Wi8H15k0brjli-043OyrgMOcVM#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 18 set. 2022.

GARCIA, Aleksandra Debom; DAGUIEL, Fatima Gomes Nogueira; FRANCISCO, Fernanda Pereira Santana. **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: <https://www.cursosavante.com.br/cursos/curso525/conteudo7368.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

GAZINEU, Jaqueline Hermelino; CEZAR, Vanessa Campos. Terapia cognitivo comportamental com crianças com TDAH. In: **XVII Seminário de Pesquisa**. 2014. Disponível em: <http://www.conferencias.ulbra.br/index.php/spg/xvii/paper/view/3042>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GOMES, Camila Graciella Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, p. 375-396, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/MLYDnyY5DbKb3mpC8NCKtwb/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 21 out. 2022.

GOMES, Francinete Viana; MAGALHÃES, Elisângela Bezerra. **Educação profissional técnica pós LDB 9.394/1996: uma reflexão crítica**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/45033>. Acesso em: 18 ago. 2022.

KODAMA, Queila Pahim et al. **Formação inicial de professores para a educação bilíngue de surdos**. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós Graduação em Educação, 2022. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/3008>. Acesso em: 11 out. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever. **Educação, Sociedade e Culturas**, Cidade do Porto, n. 25, 2011. Disponível em:

<https://fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/Arquivo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MACHADO, Segundo. A importância do profissional de apoio na sala de ensino regular: reflexões acerca da inclusão escolar de pessoas com deficiência³¹. **Educação, política e direitos humanos. Diálogos Emancipatórios**, v. 3, 2021. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=S_I5EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA200&dq=MACHADO,+Segundo.+A+import%C3%A2ncia+do+profissional+de+apoio+na+sala+de+ensino+regular:+reflex%C3%B5es+acerca+da+inclus%C3%A3o+escolar+de+pessoas+com+defici%C3%A2ncia31.+Educa%C3%A7%C3%A3o,+pol%C3%ADtica+e+direitos+humanos.+Di%C3%A1logos+Emancipat%C3%B3rios,+v.+3,+2021.+&ots=SnPpJUH0YA&sig=B7KUAc461SU_nXpQOaf8jMocwMk#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10 set. 2022.

MANTOVANINI, Maria Cristina Labate; HORTA, Patrícia Rossi Torralba. **Escola, Família e Clínica: Uma Relação Tão Delicada**. Editora Appris, 2021. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PHoqEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT10&dq=MANTOVANINI,+Maria+Cristina+Labate%3B+HORTA,+Patr%C3%ADcia+Rossi+Torralba.+Escola,+Fam%C3%ADlia+e+Cl%C3%ADnica:+Uma+Rela%C3%A7%C3%A3o+T%C3%A3o+Delicada.+Editora+Appris,+2021.+&ots=dzYGUS6Pq4&sig=QIV1GZvA1KOCLX9q5izBxIJjXiM#v=onepage&q=MAN TOVANINI%2C%20Maria%20Cristina%20Labate%3B%20HORTA%2C%20Patr%C3%ADcia%20Rossi%20Torralba.%20Escola%2C%20Fam%C3%ADlia%20e%20Cl%C3%ADnica%3A%20Uma%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20T%C3%A3o%20Delicada.%20Editora%20Appris%2C%202021.&f=false>. Acesso em: 10 set. 2022.

MAYNART, Willams Henrique da Costa et al. A escuta qualificada e o acolhimento na atenção psicossocial. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 27, p. 300-304, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/GbQ3nnHqHpPTSzm8JX4Jdqf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 377-389, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mKFs9J9rSbZZ5hr65TFSS5H/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Perspectivas para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S., CRISTII, S. (Org.). **Escola Inclusiva**. 1. ed. São Carlos: EDUFSCar, 2002, v.1, p. 61-85. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906008/313154906008.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero-começando pelas creches**. Junqueira&Marin Editores, 2010. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ObZ2DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA103&dq=MENDES,+Enic%C3%A9ia+Gon%C3%A7alves.+Inclus%C3%A3o+marco+zero-come%C3%A7ando+pelas+creches.+Junqueira%26Marin+Editores,+2010.+&ots=IM8on9v6QH&sig=bEqhmmEzLSv_QU74PCAPcS2nDXk#v=onepage&q=MENDES%2C%20Enic%C3%A9ia%20Gon%C3%A7alves.%20Inclus%C3%A3o%20marco%20zero-

come%C3%A7ando%20pelas%20creches.%20Junqueira%26Marin%20Editores%2C%202010.&f=false. Acesso em: 18 nov. 2022.

MORAES, Anna Victória Pandjarjian Mekhitarian; BIALER, Marina Martins; LERNER, Rogério. Clínica e pesquisa do autismo: olhar ético para o sofrimento da família. **Psicologia em Estudo**, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/QLHxBsqgcRpn8B3M4qJMsGP/>. Acesso em: 16 out. 2022.

MOURA, Fernanda da Silva. **A vulnerabilidade social e sua reprodução nas relações sociais: evidências da exposição prolongada a riscos no cotidiano da criança e da família**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5141/tde-17062021-094134/en.php>. Acesso em: 10 nov. 2022.

NUNES, Debora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico; SCHMIDT, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313128786005.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

OLIVEIRA, Andreia. **Perturbação do espectro do autismo: a comunicação**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto, 2009. Disponível em: <http://repositorio.esepf.pt/handle/20.500.11796/778>. Acesso em: 20 out. 2022.

OLIVEIRA, Maria Vânia Leite de. **Museu histórico e memorial da liberdade**. 2014. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Humanidades, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/189>. Acesso em: 10 out. 2022.

PADILHA, Elizabeth da Silva et al. **A implementação de políticas públicas de inclusão escolar no ensino municipal de Santana do Livramento: integração ou inclusão?**. 2019. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/4681/1/ELIZABETH%20TCC.pdf>. Acesso em: 02 Jan. 2023.

PANIAGUA, Gema. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação – transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.p.330-346. (Vol. 3). Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313128574007.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

PLACCO, Vera Maria Nigro De Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan De; ALMEIDA, Laurinda Ramalho De. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, p. 754-771, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WPF5PzGd5zS3QWZPYNhWYDQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2022.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em revista**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PIANTINO, Camila Belfort et al. Ropostas de ações educativas no ambiente escolar como prática de promoção da saúde. **Ciência et Práxis**, v.9, n.17, p.49-52, 2017. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/2271>. Acesso em 14 janeiro 2023.

PIMENTEL, Ana Gabriela Lopes; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Audiology-Communication Research**, v. 19, p. 171-178, 2014. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/12116>. Acesso em 12 nov. 2022.

POKER, Rosimar Bortolini et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. Editora Oficina Universitária, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LC04EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=POKER,+Rosimar+Bortolini+et+al.+Plano+de+desenvolvimento+individual+para+o+atendimento+educacional+especializado.+Editora+Oficina+Universit%C3%A1ria,+2013.&ots=3l8NmrgYKY&sig=isdMB1-lyJCf6LvGux0-E6FxOd0#v=onepage&q=POKER%2C%20Rosimar%20Bortolini%20et%20al.%20Plano%20de%20desenvolvimento%20individual%20para%20o%20atendimento%20educacional%20e%20especializado.%20Editora%20Oficina%20Universit%C3%A1ria%2C%202013.&f=false>. Acesso em: 06 nov. 2022.

POLETTO, Raquel Conte. A ludicidade da criança e sua relação com o contexto familiar. **Psicologia em estudo**, v. 10, p. 67-75, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/CLKS3Mqck77dqhn5cRZj7Rm/abstract/?lang=pt>. Acesso em 06 dez. 2022.

RAMALHO, Henrique. A transversalidade da educação para a saúde no ensino básico. **Trabalho em saúde, desigualdades e políticas públicas. Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais/Universidade do Minho**, p. 167-178, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229422839.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. A Cátedra UNESCO de Direito à Educação da Faculdade de Direito: Democracia, cidadania e direito à educação. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 108, p. 375-396, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67990>. Acesso em: 10 nov. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO. Relatório Geral: Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Núcleo de Apoio Estudantil (NAPE). **Secretaria de Municipal de Educação**. Redenção, 2022.

RICHARD, Gail J. Autism spectrum disorders in the schools: assessment, diagnosis, and intervention pose challenges for SLPs. **The ASHA Leader**, v. 13, n. 13, p. 26-28, 2008. Disponível em: <https://leader.pubs.asha.org/doi/full/10.1044/leader.FTR3.13132008.26>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. **Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985)**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30042010-130523/en.php>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SOUZA, Cláudia Fernandes Silva. **A importância da gestão de pessoas no terceiro setor: estudo sobre as instituições na cidade de Passos-MG**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138013>. Acesso em 05 nov. 2022.

SOUZA, Dalva Inês de et al. **Manual de orientações para projetos de pesquisa**. Novo Hamburgo: Feslsv, 2013. 55p. Disponível em: <https://www.liberato.com.br/wp-content/uploads/2020/06/manual_de_orientacoes_para_projetos_de_pesquisa.pdf> Acesso em: 05 jan. 2023

SOUZA, Felipe Silva de. **Formação docente e o uso das tecnologias no ensino e aprendizagem de Ciências no município de Aratuba**. Monografia - Curso de Química, Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

STACCIOLI, Gianfranco. **Diário do acolhimento na escola da infância**. Autores Associados, 2021. Acesso em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=TSIJEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT128&dq=STACCIOLI,+Gianfranco.+Di%C3%A1rio+do+acolhimento+na+escola+da+inf%C3%A2ncia.+Autores+Associados,+2021.&ots=NxNiNwmNmL&sig=mgudiNVqvo1DoXPcLDnqAJwrg5U#v=onepage&q=STACCIOLI%20Gianfranco.%20Di%C3%A1rio%20do%20acolhimento%20na%20escola%20da%20inf%C3%A2ncia.%20Autores%20Associados%2C%202021.&f=false>. Disponível em: 09 nov. 2022.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560658991003/560658991003.pdf>. Acesso em 05 nov. 2022.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, 2002. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/>. Acesso em: 06 jan. 2023

APÊNCIDE 1 - QUESTIONÁRIO

Olá, me chamo Adriana Silva, sou graduanda em Química na Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).

Visto a necessidade do atendimento educacional especializado às crianças especiais, crianças com dificuldades de aprendizagem foi realizado esse questionário levantando informações se esse serviço vem sendo disponibilizado pelo município.

Vale ressaltar que as informações coletadas tem a finalidade acadêmica, sem fins lucrativos e que a sua identidade será preservada.

Você concorda participar da pesquisa e autoriza que as suas respostas sejam utilizadas para fins acadêmicos, sem fins lucrativos?

() Sim

() Não

Questionário para ser aplicado com a Professoras filiadas ao AEE/NAPE

Nome: _____

Sexo: _____ Tipo de programa que participa: _____

Formação: _____

Atuação Atual: _____

1. Como são selecionadas as crianças para o atendimento?

2. Todas as crianças em atendimento são laudadas?

3. E as crianças que não tem laudo?

4. Quantas e quais são as escolas que oferecem o atendimento educacional especializado?

5. Como é feito o atendimento?

6. Como são organizados os horários de atendimento? Qual o tempo de duração do atendimento e a frequência das sessões?

7. Como as crianças se locomovem até os atendimentos? O município disponibiliza de um transporte?

8. É realizada alguma entrevista com os pais? Algum questionário para obter mais informações sobre as crianças?

9. A partir das atividades é realizado um relatório de atividades dos avanços?

10. Como se deu a criação do Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE? Ele é integrado ao Atendimento Educacional Especializado - AEE?

11. Para cada escola há uma equipe multidisciplinar? Se sim, é composta por quantos e quais profissionais?

12. Quais outros atendimentos o Núcleo de Apoio Estudantil - NAPE disponibiliza e quais alunos são beneficiados?

APÊNCIDE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).

Nome: _____

O(a) Sr^(a). está sendo convidado a participar de uma pesquisa educacional. A pesquisadora responsável é Adriana da Silva Barbosa, aluna de Graduação no curso de Licenciatura em Ciências em Química da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB/CE), sob a orientação da Profa. Dra. Sinara Mota Neves de Almeida, docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Tem como objetivo principal do projeto Analisar as políticas de inclusão social na perspectiva da educação inclusiva, como elas vêm sendo desenvolvidas nas escolas regulares do município de Redenção-Ce. Justifica-se por ser necessário identificar, verificar, analisar e investigar a aplicação dos projetos de políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva.

O(a) Sr^(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização. Caso a(a) Sr^(a). concorde em participar da pesquisa deverá:

1. Demonstrar que aceita participar, o que será feito por meio do termo de consentimento livre.
2. Responder a um questionário com questões subjetivas e objetivas.

Ressalto que a sua resposta será confidencial e não será utilizada para prejuízo ou exposição dos participantes desta pesquisa. Para isso, não terá os dados fixados no trabalho, ressaltado, os dados coletados não serão compartilhados em plataformas virtuais. Os dados obtidos nessa pesquisa serão utilizados apenas para a realização deste estudo e serão apresentados ao curso de graduação em química da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. O Sr(a). não terá despesas e nem será remunerada pela participação na pesquisa. O Sr(a). poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer necessidade de justificativa. Solicitamos a sua autorização para o uso dos resultados dos dados para a produção de Trabalho conclusão de curso (TCC). Garantimos ao Sr(a). a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Obs.: Guarde este documento para acesso caso seja necessário.

Você concorda de livre e espontânea vontade em participar, como colaborador da pesquisa sabendo que sua imagem não será divulgada em nenhum momento do trabalho?

- () SIM
() NÃO

Assinatura de consentimento